

O PROJETO POLÍCIA CIDADÃ DA BRIGADAMILITAR CONTRIBUINDO PARA O AUMENTO DA SENSACÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO¹

Jerônimo Jesus Dalberto²

Luis Felipe Dias Lopes³

RESUMO

A presente pesquisa visa descrever a percepção da sociedade civil, lideranças políticas e policiais militares, sobre o Projeto Institucional da Brigada Militar: “Polícia Cidadã”, referente ao período do ano de 2010. Teve como objetivo identificar a contribuição do referido projeto para o aumento da sensação de segurança pública no âmbito do município de Sobradinho. A coleta de dados se deu por meio de escolha arbitrária do público-alvo, com a técnica de entrevista com questionário estruturado e impresso. O público-alvo: policiais militares foram entrevistados na sua totalidade, já as lideranças políticas e representantes da sociedade civil foram escolhidos de forma conveniente, apenas aqueles que tiveram contato com o projeto, totalizando sessenta e nove (69) entrevistados. Sendo que o projeto ainda está em andamento e apresentou resultados quantitativamente positivos.

Palavras-chave: Segurança pública; Polícia ostensiva; Polícia cidadã.

ABSTRACT

This research seeks to describe perception civil society, political leaders and military officers, about the Institutional Project of the Military Brigade: "Citizen Police", by period of 2010. It had how aim to identify the contribution of this project to the increase the public safety sense at ambit of the Sobradinho municipal district. Data collection was through arbitrary choice of the target, with the technique of using a interview with structured questionnaire and printed. The target: police officers were interviewed in their entirety, as the political leadership and civil society representatives were chosen of form convenient, only those who had contact with the project, totaling sixty-nine (69) interviewed. Since that the project still is in progress and showed quantitativement positive results.

Keywords: Public security; Ostensible police; Citizen Police.

¹ O presente artigo foi apresentado em 20 de agosto de 2011, na condição de TCC do curso de Pós-graduação, em nível de Especialização em Gestão Pública Municipal do Programa Nacional de Formação em Administração Pública através do Pólo de Educação Superior de Sobradinho da UAB/UFSM.

² Graduado em História (2008) e Pós-graduado (Lato Sensu) em Políticas e Gestão em Segurança Pública (2010), ambos pela UNISC, e-mail: jeronimo-dalberto@brigadamilitar.rs.gov.br.

³ Prof. Dr. do Depto de Ciências Administrativas da UFSM - orientador.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa descrever a percepção da comunidade civil, lideranças políticas e policiais militares a respeito da breve experiência do projeto Polícia Cidadã da Brigada Militar, o qual continua em andamento no município de Sobradinho. Em virtude da realidade local, houve a necessidade de desenvolver ações de polícia ostensiva baseadas na filosofia e estratégia de polícia comunitária, a fim de ser capaz de mobilizar e integrar a comunidade para identificar, priorizar e solucionar questões que afetam a tranquilidade.

Em nível local, já havia sido desenvolvida algumas atividades semelhantes, porém, com o advento do projeto houve uma melhora na organização e conseqüentemente, aumentou a responsabilidade e o comprometimento no trabalho realizado pelos policiais militares, partindo desde o policial mais moderno até o comandante da subunidade.

O estudo foi realizado por meio de entrevistas, com objetivo de descrever se após a implantação do projeto institucional Polícia Cidadã da Brigada Militar houve percepção de aumento na sensação de segurança pública no município de Sobradinho, através de uma abordagem quantitativa. O estudo verificou os resultados referentes a atividades realizadas no período de 2010.

Este trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva e as fontes de dados foram colhidas na forma de pesquisa a campo, com aplicação de um questionário estruturado. Buscaram-se características conhecidas do processo com observações a respeito se já iniciou algum tipo de mudança na sensação de segurança pública após as ações do projeto no município de Sobradinho.

A presente pesquisa fundamentou-se nos estudos sobre polícia comunitária dos professores americanos David Bayley (2002 e 2007), Jerome Skolnick (2002), Robert Trojanowicz (1999) e Bonnie Bucqueroux (1999). E, também nos pesquisadores brasileiros Luiz Eduardo Soares (2000), Theodomiro Dias Neto (2000), Arthur Trindade Maranhão Costa (2004), Marcos Rolim (2006) e Jorge da Silva (2008).

2 O PROJETO POLÍCIA CIDADÃ

O projeto Polícia Cidadã foi instituído por meio da Ordem de Serviço nº 0089/PM3/2010, a partir de 10 de fevereiro de 2010 e está sendo desenvolvido no âmbito do

município de Sobradinho pela 5ª Companhia de Polícia Militar do 23º BPM⁴, direcionou suas atividades ordinárias de polícia ostensiva no sentido de estar em consonância com os objetivos do projeto institucional do comando geral da Brigada Militar. O qual tem como objetivo geral, o seguinte: “Executar as atividades de Polícia Comunitária na área de ação das Unidades da Brigada Militar, conscientizando e envolvendo a comunidade em serviços pró-ativos, criando uma parceria e integração entre esta e a Unidade da Brigada Militar responsável pelo policiamento preventivo nos bairros, qualificando os servidores que prestam os serviços na área de segurança pública e melhorando a qualidade de vida da comunidade.”⁵

Para definir o que é Polícia Comunitária, Trojanowicz e Bucqueroux (1999, p. 4) apresentam em sentido amplo uma definição:

[...] é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

O município de Sobradinho está localizado na região centro serra, na área central do Estado do Rio Grande do Sul, possui 14.283 habitantes e área territorial de 130 quilômetros quadrados, segundo dados do IBGE⁶ de 2007. Apesar de ser considerado um lugar tranquilo era constante as reclamações da população por mais segurança pública, normalmente reivindicada através das duas rádios e um jornal existente na cidade. Com a ideia de atender esta queixa por mais segurança pública por parte de uma parcela da população foi direcionada algumas ações da polícia ostensiva, por meio do projeto, para a realidade local de Sobradinho. É o que sustenta Trojanowicz e Bucqueroux (1999, p. 5):

O policiamento comunitário exige um comprometimento de cada um dos policiais e funcionários civis do departamento policial com a filosofia de polícia comunitária. Ele também desafia todo o pessoal a encontrar meios de expressar esta nova filosofia nos seus trabalhos, compensando assim a necessidade de manter uma reposta imediata e efetiva aos incidentes criminosos individuais e às emergências, com o objetivo de explorar novas iniciativas preventivas, visando a resolução de problemas antes que eles ocorram ou se tornem graves.

O desenvolvimento do projeto se deu a partir de reuniões comunitárias abertas ao público, com os diversos segmentos organizados da comunidade, como: bancários, lojistas, taxistas, farmácias, relojoarias, postos de combustíveis, escolas, Câmara de Vereadores, secretarias municipais, além da participação constante dos meios de comunicação social local.

⁴ A sede do 23º Batalhão de Polícia Militar está localizada na cidade de Santa Cruz do Sul/RS.

⁵ Ordem de serviço nº 0089/PM3/2010, de 10 de fevereiro de 2010.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - site: www.ibge.gov.br

O Foco central foi à divulgação oficial do projeto Polícia Cidadã e o envolvimento do maior número de segmentos possíveis da comunidade Sobradinhense a fim de cooperar e efetivamente participar das questões que afetam a sensação de segurança pública local.

Outras ações desenvolvidas no projeto, além das reuniões, foram às palestras preventivas junto ao público escolar e social. Abordando assuntos sobre trânsito, o uso indevido de drogas e temas de segurança pública, realizadas principalmente nas escolas públicas municipais e estaduais; onde foi dada ampla divulgação quanto aos objetivos do projeto Polícia Cidadã. Sendo enfatizado o quão importante é a parceria entre a Brigada Militar e comunidade para identificar, priorizar e solucionar⁷ problemas locais de maneira consensuais e satisfatórios para todos os envolvidos. É nessa direção que sinaliza Soares:

A verdadeira aliança, aquela que efetivamente produz resultados, é a que se dá entre a postura, os gestos, as palavras, o comportamento público das autoridades da área de segurança do governo e a linguagem dos meios de comunicação. Se as autoridades souberem compreender essa linguagem, se aprenderem a falar a língua em que se forma a sensibilidade do público, se entenderem a função que desempenham no imaginário coletivo, haverá condições para uma aliança profunda, aquela que liga sensibilidades, percepções e valores e torna efetiva a transmissão de conteúdos (SOARES, 2000, p. 134).

Também foram colocadas caixas em forma de urna nos estabelecimentos comerciais na área central de Sobradinho para receber sugestões, críticas, denúncias e elogios vindos por parte da comunidade local. Segundo assinala Rolim é um canal direto com os moradores e já há experiências com êxito no Brasil.

Algumas das experiências de maior êxito no Brasil utilizam o recurso das urnas colocadas em pontos estratégicos para a coleta de sugestões para a polícia, bem como para o registro das mais variadas reclamações. Essas mesmas experiências têm proposto e construído conselhos comunitários de segurança pública que funciona como órgãos de controle e que orientam, concretamente, o trabalho policial (ROLIM, 2006, p. 78).

Esta ação foi intitulada “comunidade participa”, o procedimento regular era recolher todas as manifestações pelo menos uma vez por semana. Sendo logo após, encaminhado ao comandante da subunidade para os devidos encaminhamentos e providências possíveis.

2.1 Uma atitude diferente da polícia

O modelo tradicional de polícia está baseado historicamente ao modelo Francês de polícia do século XVIII, quando ficou conhecido como o surgimento ou o ato de nascimento

⁷ Ciclo do método conhecido como IARA (Identificação, Análise, Resposta e Avaliação).

da Polícia moderna (SANTOS, 1997). Este modelo baseado na centralização estatal havia sido criado para atender e proteger aos interesses do Estado absolutista da época.

Contudo, um pouco mais tardio surge o modelo inglês de polícia, o qual deu uma abordagem diferente à atividade de polícia, pois este modelo focou o relacionamento do aparelho policial na comunidade local. E com base em alguns princípios, esta “polícia comunitária” ganhou legitimidade para atuação social. Entre os princípios, dois são pertinentes ao presente estudo. O primeiro “reconhece que o poder policial depende da aprovação do público e deste modo ganha a cooperação voluntária”, e o segundo, “manter a relação polícia-cidadão”.

São princípios mencionados na atualidade pelo estudioso de história da polícia, o americano Bayley (2007, p. 121) o qual defende que “polícia inteligente realiza o policiamento com respeito ao público”, o que requer responsabilidade (*accountability*)⁸, conforme Rolim (2006, p. 70) “na verdade, é uma identificação entre os policiais e as comunidades, e segundo Rolim, isso já foi defendido pelo fundador da Polícia Metropolitana de Londres (*Scotland Yard*), em 1829, Sr. Robert Peel”, inclusive ficou conhecido como um marco para polícia moderna no mundo todo, com a seguinte afirmação: “A polícia é o público e o público é a polícia”.

O interessante é que passados mais de três séculos do surgimento da polícia moderna, ainda não se consolidou a forma de atuação da organização policial frente a sua comunidade local. Qual é o melhor modelo? Existe um modelo ideal? Qual é o papel da polícia nos dias atuais? É só para prender bandidos? O que espera o cidadão de sua polícia? São estas algumas indagações que motivaram este estudo.

O que existe hoje é uma defesa unânime na filosofia de polícia comunitária, na esfera de segurança pública. Seja aos policiais, acadêmicos e governantes; todos parecem ver a idéia com simpatia. Nos Estados Unidos onde surgiu com mais evidência nos anos 80, segundo Skolnick (2002) apud Moore (1994) os policiais administradores compreendem como a única alternativa disponível para melhorar o relacionamento com o público. Aqui no Brasil, o antropólogo Soares elogia a forma de policiamento.

O policiamento comunitário tem efeitos importantes para a segurança pública e também desempenha um papel relevante na reforma da polícia, pois transforma a PM internamente. As razões são simples: o policial que atua nas ruas tem suas responsabilidades e sua autonomia ampliadas, tornando-se gradualmente um agente no sentido pleno do termo, tomando decisões, avaliando situações, interagindo com a comunidade, ganhando identidade e visibilidade onde trabalha. Se ele ou ela não conquistar a confiança da população a que serve, não será eficiente.

⁸ É um termo inglês que significa no âmbito da gestão pública como prestação de conta pelo agente público.

Por outro lado, para que o policiamento comunitário não se perca na fragmentação anárquica, a descentralização que provoca deve ser compensada por um investimento vigoroso na supervisão. Ocorre que supervisão para valer não se confunde com mera ritualização da hierarquia; requer empenho dos sargentos ou mesmo dos oficiais superiores no debate dos conteúdos específicos dos problemas locais.

A polícia passa a operar, desde o nível microscópico das ruas e das esquinas, segundo uma estrutura metodológica que envolve coleta de informações, análise de casos, diagnóstico do potencial de conflitos e de riscos, preparação de intervenções coletivas, planejamento das operações e posterior avaliação de resultados para correção permanente do processo (SOARES, 2000, p. 141).

A partir da Constituição de 1988, em especial nos anos 90, projetos de polícia comunitária, policiamento interativo, policiamento para resolução de problemas ou Polícia Cidadã, como quer o conceito que seja estabelecido, existem em vários estados brasileiros. Para Costa o motivo do surgimento é a violência policial.

A preocupação com a violência das polícias, principalmente contra os segmentos mais desprivilegiados da população, fez surgir a idéia de que é necessário estabelecer uma “polícia cidadã” – ou seja, uma polícia que tenha o respeito aos direitos humanos e o atendimento às reais necessidades da comunidade como os seus princípios norteadores. Nesse sentido, dois temas têm sido destacados: as formas de reforçar os vínculos entre polícia e a comunidade, e a necessidade de controlar a atividade das polícias (COSTA, 2004, p. 31).

O surgimento destes projetos sugere que causas comuns são provavelmente as responsáveis pelos mesmos efeitos, desde que passado o período autoritário, as polícias estão confrontadas com problemas relativos à violência policial, eficiência e imagem junto à comunidade, então, tentativas de adotar uma nova atitude.

2.2 Segurança pública e a polícia ostensiva

Foi através da Constituição Federal, no artigo 144 que se definiu o papel e o compromisso não apenas das polícias, mas de todos os cidadãos quando estabeleceu da seguinte forma: “a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Esta norma legal reforça a relevância do presente estudo, pois é preciso compreender segurança pública em sentido amplo e não apenas através das atribuições única das polícias.

As políticas preventivas de segurança pública devem estar associadas a valores democráticos de cidadania, liberdade, igualdade, dignidade da pessoa humana e a participação social. Contudo, para construir e chegar a este patamar de segurança pública é imprescindível o envolvimento de todos no processo, pois, apenas desta forma será possível desenvolver uma

verdadeira segurança cidadã, ou seja, aquela destinada aos cidadãos da comunidade local. Cabe o registro de Soares.

Acredito na possibilidade de combinar eficiência policial com respeito aos direitos humanos, aos direitos civis e às leis. Mas para isso é preciso definir uma política para a segurança pública, focalizando a especificidade desse desafio, sem negar suas relações com o desemprego e a crise social. Os países que têm vencido a batalha contra o crime e a violência demonstraram que a combinação entre eficiência e respeito é não só possível como necessário, se o que se quer é construir uma ordem democrática e civilizada (SOARES, 2000, p. 48).

A organização policial está em fase de transição de um modelo de polícia tradicional para uma polícia cidadã. A diferença é que esta última respeita e garante os direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Segurança pública nas palavras de Soares (2000, p. 328) é uma área que transforma qualquer problema em “complexo, multidimensional e requer intervenções múltiplas e reiteradas, ao longo de considerável período de tempo”. Contudo, essa busca constante das comunidades pela sensação de segurança, muitas vezes, não corresponde com a situação real, pois, sensação é uma percepção subjetiva, abstrata e não pode ser medida. O que pode ser identificado são as ameaças e os riscos que contribuem para diminuir a sensação de segurança pública, nesse sentido, é fundamental a participação social na identificação, priorização e solução de situações que interferem na tranquilidade pública de uma comunidade, através da parceria polícia e comunidade.

Um aspecto importante para o processo de construção coletiva de uma segurança cidadã, em que o título desta pesquisa demonstra como “fundamental”, é a atividade de polícia ostensiva, mas no seu sentido amplo da função, ao qual realmente possa interessar a proteção da sociedade. A ideia principal no bojo do projeto Polícia Cidadã é exatamente fazer uma perspectiva ampla do papel da polícia ostensiva, atribuição esta que é exercida no Rio Grande do Sul com exclusividade pela Brigada Militar⁹.

A partir do instante que os policiais militares deixam de realizar o patrulhamento sem objetivos específicos e passam a reunir-se com os moradores do bairro para discutir situações que geram pontos de ameaças ou riscos; demonstra um grande avanço na organização policial. Até pode parecer tarefa óbvia e simples, no entanto, a história nos alertou que esta postura jamais houve por parte da instituição policial.

Portanto, há necessidade de cooperação mútua nesse complexo processo de segurança pública, pois envolvem várias instituições, órgãos, entidade pública e privada, além de

⁹ Art. 129 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

cidadãos com múltiplos interesses, com isto, muitas vezes é difícil o consenso, porém, é imprescindível a participação de todos no processo. Pode-se observar a opinião de Soares nesse sentido.

É preciso que todos, a sociedade e os policiais, compreendam que a instituição policial é, ou melhor, deve ser uma agência da democracia a serviço do processo civilizatório, cuja missão é proteger a vida e a liberdade, para cujo exercício são indispensáveis as leis, formuladas por mecanismos legítimos – isto é, são indispensáveis as limitações recíprocas que tornam a liberdade de cada um conciliável com a liberdade de todos. Quando falamos de liberdade, estamos nos referindo, portanto, ao respeito às diferenças. Conseqüentemente, a polícia, a boa polícia, a polícia desejável e útil à democracia, em uma perspectiva civilizatória, é aquela que serve à causa do convívio pacífico com as diferenças, é aquela que protege as diferenças (SOARES, 2000, p. 157).

A missão de construir segurança pública baseada na cidadania é responsabilidade demais e factualmente impossível permanecer apenas com os profissionais da organização policial. Essa missão é de toda a sociedade.

3 METODOLOGIA

Para conhecer a opinião do público-alvo foi aplicado um questionário padrão, no período de 16 de março de 2011 a 06 de abril de 2011. Para Sacramento (2008, p. 40) a pesquisa descritiva: “[...] tem por objetivo descrever populações ou fenômenos, da maneira como se apresentam. São comuns, por exemplo, pesquisas de opinião (*Survey*).” Quanto à população da pesquisa foi delimitado como público-alvo, de forma intencional, apenas os cidadãos que tiveram de alguma maneira contato ou informações do projeto Polícia Cidadã no município de Sobradinho. Foram eles, representantes da sociedade civil, lideranças políticas e policiais militares.

A forma de identificação para saber se a pessoa entrevistada havia participado do projeto Polícia Cidadã foi por meio de pesquisa no livro de registro de reuniões e atividades comunitárias existente na sede da 5ª Companhia de Polícia Militar de Sobradinho. Desta forma foi possível submeter ao questionário apenas aquelas pessoas que há registro oficial e que efetivamente participaram das ações do projeto, segundo Sacramento (2008, p. 51) deve-se “selecionar pessoas que tenham conhecimento e informações sobre o que você deseja saber.” Pois, é fundamental a pesquisa descrever a opinião do público específico.

O presente artigo científico está classificado conforme norma da ABNT (2003) na categoria “Artigo original”. Pois, apresenta a experiência e dados próprios de pessoas

envolvidas no projeto Polícia Cidadã, no período de 2010, no âmbito do município de Sobradinho.

Na elaboração do questionário padrão, priorizou-se o uso de perguntas fechadas tricotômicas para facilitar na tabulação e análises dos dados, esta forma de questionário já havia sido observado em outros trabalhos acadêmicos e adaptou-se adequadamente quanto aos tópicos pertinentes para o presente estudo. Foram produzidas quatorze (14) perguntas cada questão com três (03) opções de escolha e uma (01) de múltipla escolha; as perguntas abordaram assuntos de interesse da pesquisa. Seguindo as lições de Sacramento (2008, p. 57), o questionário apresentou “introdução (preâmbulo), em que o autor apresenta, de maneira concisa, os objetivos da pesquisa e os resultados esperados, demonstrando a importância da pesquisa e incentivando a participação do respondente”.

Preliminarmente, pretendeu-se alcançar 80 pessoas identificadas como participantes no projeto, sendo então, distribuídos 80 questionários ao público-alvo, no entanto, houve o retorno de 69 questionários respondidos, no período estipulado para a pesquisa. Contudo, para atingir os objetivos propostos, a quantidade de entrevistados foi considerável e suficiente para conhecer a opinião do público-alvo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa verificou, de modo geral, dados quantitativamente positivos em relação ao projeto Polícia Cidadã, mesmo sendo uma iniciativa recente e em andamento. O público-alvo foi representado por 69 pessoas entrevistados, conforme já mencionado. Dividido por três categorias, a sociedade civil, que correspondeu por 57% do público-alvo; as lideranças políticas, que somaram 10%; e os policiais militares com 33% da totalidade. Pode ser melhor representado na Figura 1.

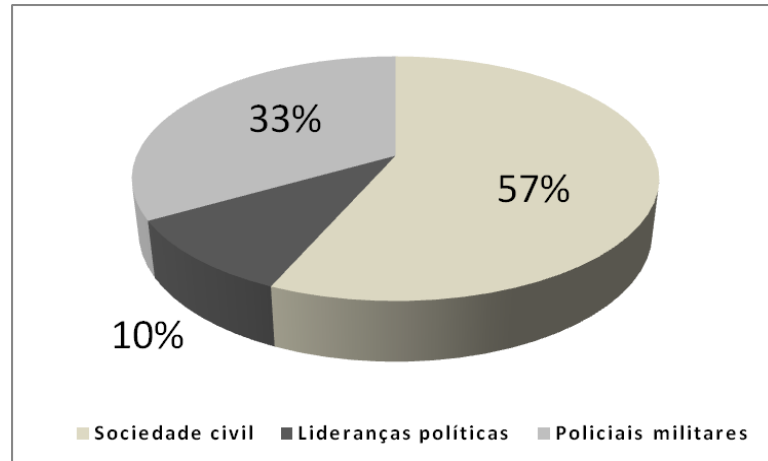


Figura 1 - Categorias representadas na pesquisa

No questionamento 2 a pergunta foi: “Quanto à eficácia, eficiência e efetividade do projeto Polícia Cidadã?”. As respostas foram às seguintes: com 80%, representado pelas 55 respostas, na opção que “Atingiu os resultados esperados”; houve 5 escolhas, com 7% na opção “Não atingiu os resultados esperados”; e 7 entrevistados não observaram, representados por 10%; sendo que nesse item houve duas abstenções. Isso demonstra que os entrevistados estão testemunhando e participando do trabalho, faz com que tenham opinião positivo em relação ao resultado do projeto. Ver figura 2.

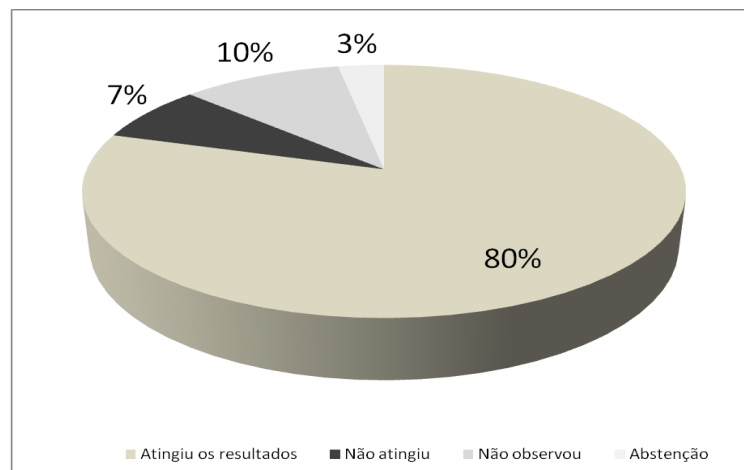


Figura 2 - Eficácia, eficiência e efetividade do projeto

No questionamento 3 a pergunta foi: “Quanto a sensação de segurança pública no município de Sobradinho?” Observa-se que 88%, com 61 respostas, afirmaram que aumentou; 6% na opção que diminuiu; e outros 6%, com 4 respostas, não observaram nem o aumento ou diminuição. Esse dado é fundamental para responder o objetivo principal desta pesquisa. Pois,

foi nesta pergunta que todos puderam expressar sua satisfação com o projeto e os resultados alcançados por ele. (Figura 3).

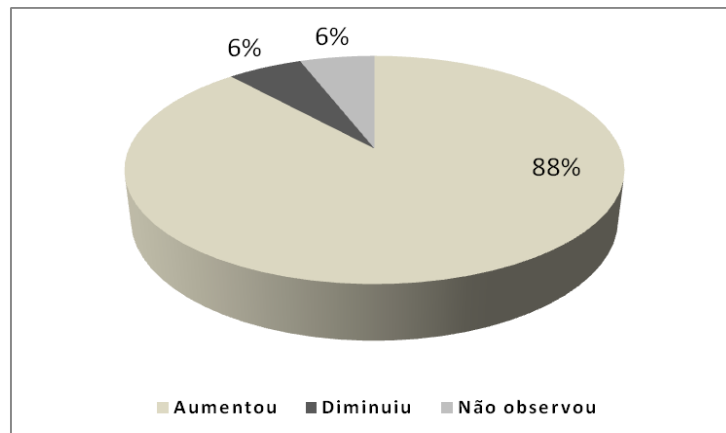


Figura 3 - Sensação de segurança pública

No questionamento 4 a pergunta foi: “Como está a participação da comunidade, no que diz respeito a cooperação, denúncias, colaboração na resolução de problemas, entre outros?” 47 entrevistados informaram que aumentou, o que representa 68% do público-alvo; 6%, com 4 respostas, perceberam que diminuiu; e 26%, com 18 respostas, não observaram nem aumento e nem diminuição nesse aspecto do projeto. Esse fator está diretamente ligado a confiança no serviço realizado pela organização policial, pois acreditam que aumentou a participação. Contudo, exceto a categoria dos policiais militares, a sociedade civil e lideranças políticas são mais difíceis de perceberem esse aspecto, mesmo assim, os resultados foram positivos. A Figura 4 ilustra esses dados apontados na pesquisa:

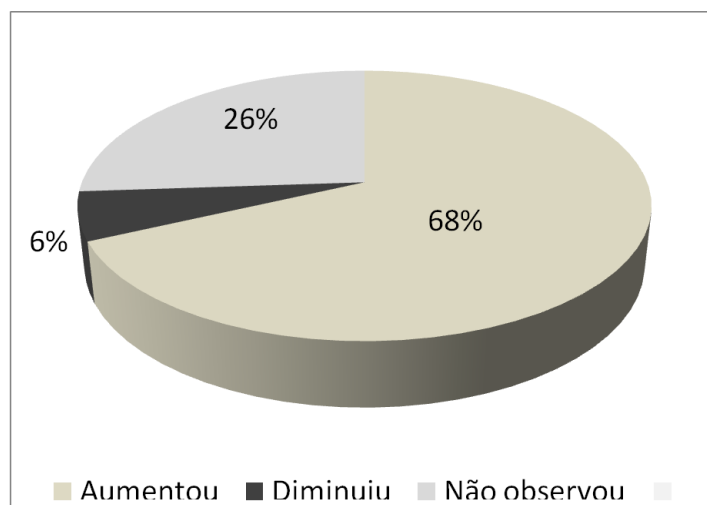


Figura 4 - Participação da comunidade

Na questão 5 a pergunta foi: “A partir do projeto Polícia Cidadã você acredita que aumentou a preocupação da comunidade em assuntos de segurança pública?” Sendo 68%,

com 53 respostas, acreditam que “sim”; 8%, com 6 respostas, na opção “não”; e 23%, com 9 respostas, não observaram; sendo que houve um escolha de abstenção, apresenta-se na figura 5.

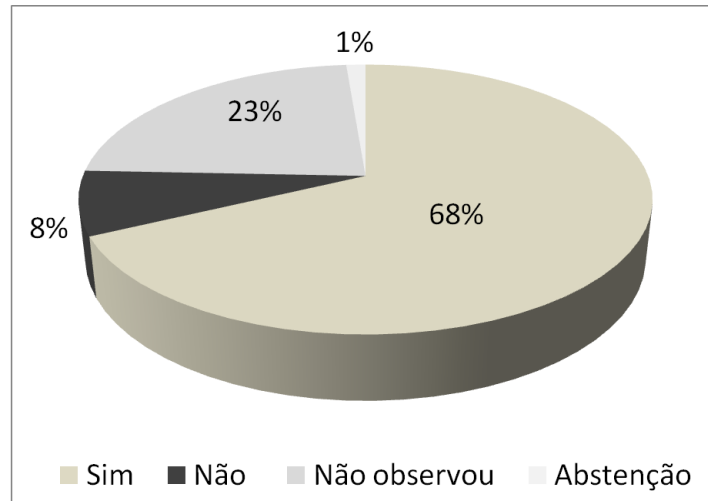


Figura 5 - Preocupação da comunidade

No questionamento 6 a pergunta foi: “O projeto Polícia Cidadã está atendendo as suas expectativas?” 49%, com 34 respostas, afirmaram que “sim”; 6%, com 4 respostas, optaram pelo “não”; e 42%, com 29 respostas, escolheram a opção “em parte”; sendo que houve duas escolhas de abstenções, de acordo com o apresentado na Figura 6:

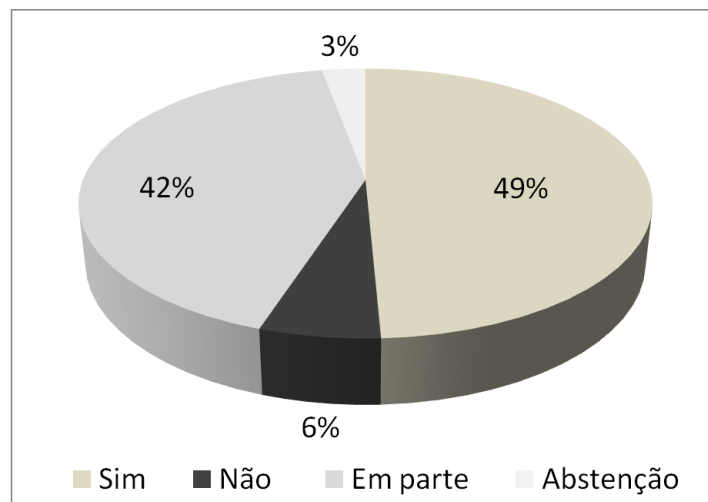


Figura 6 - Atendendo as expectativas

Na questão 7 a pergunta foi: “Como está a confiabilidade da comunidade nas ações da Brigada Militar?” 39%, com 27 respostas, na opção “ótima”; 59%, com 41 respostas, na “regular”; e 2%, com uma escolha, na opção “insuficiente”. Um bom reflexo das ações do projeto Polícia Cidadã foi esta questão, visto que esse aspecto interfere e está associado a todo

o projeto e conseqüentemente ao resultado extremamente positivo da pesquisa. (Ver a Figura 7).

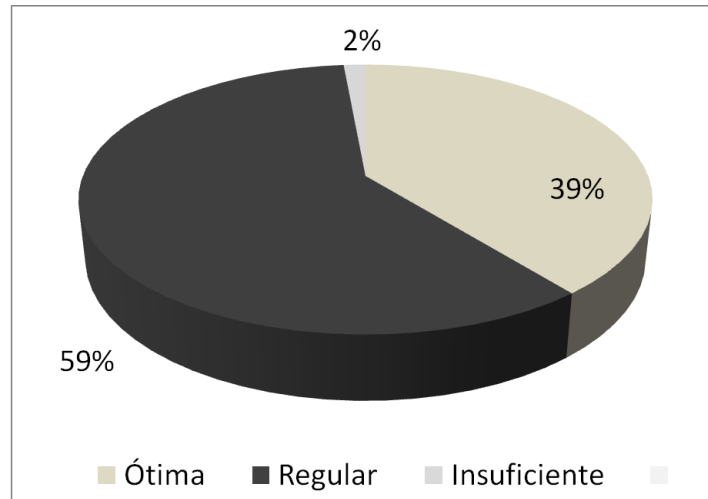


Figura 7 - A confiabilidade da comunidade

A pergunta 8 foi: “Como está a sua satisfação em relação ao serviço prestado pela Brigada Militar?” 67%, com 46 respostas, acreditam estarem “plenamente satisfeito”; 33%, com 23 respostas, optaram por “pouco satisfeito”; e na opção “insatisfeito” não houve escolha (Ver a figura 8).

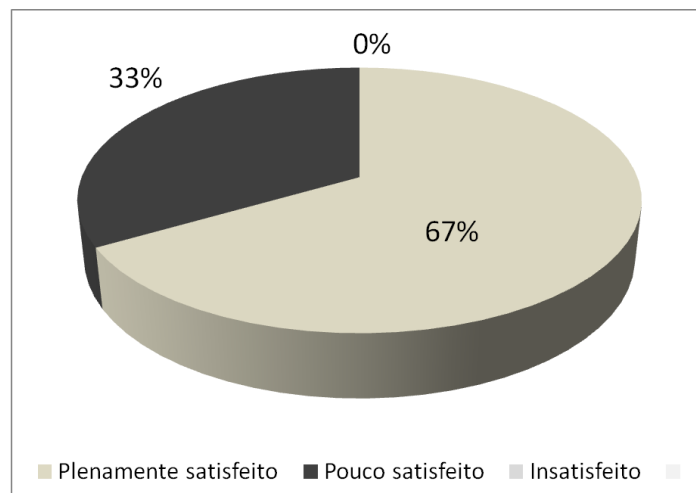


Figura 8 - Satisfação ao serviço da BM

No questionamento 9 a pergunta foi: “Você vê as ações do projeto Polícia Cidadã como uma medida eficaz para aproximação da Brigada Militar junto a comunidade?” 85%, com 59 respostas, afirmaram que “sim”; 3%, com duas respostas, disseram que “não”; e 12%, com 8 respostas, acreditam que “em parte”. Este item aponta que o projeto foi uma boa

ferramenta para aproximar os cidadãos e fazê-los pensar e discutir os problemas recorrentes na segurança pública. A Figura 9 expressa os resultados:

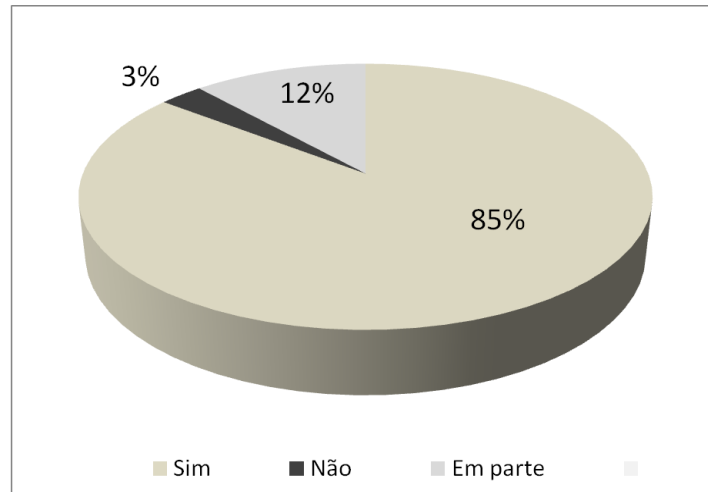


Figura 9 - Medida eficaz para aproximação

Na questão 10 a pergunta foi: “Como você percebe a atuação dos policiais militares em relação ao projeto de Polícia Cidadã?” 87%, com 60 respostas acreditam que estão “motivados”; 9%, com 6 respostas, percebem que estão “indiferentes”; e 3%, com duas respostas, escolheram a opção “desmotivados”; sendo que houve um voto de abstenção.

No questionamento 11 a pergunta foi: “Como está o relacionamento de outras instituições públicas com a Brigada Militar?” 72%, com 50 respostas, acreditam que “melhorou”; na opção “piorou” não houve escolha; e 28%, com 19 respostas, manifestaram que “permaneceu igual”.

No questionamento 12 a pergunta foi: “Quanto aos recursos disponibilizados e empregados, estes estão satisfazendo a demanda?” 33%, com 23 respostas, acreditam que “sim”; 6%, com 4 respostas, escolheram a opção “não”; e 58%, com 40 respostas, dizem que “em parte”; sendo que houveram duas abstenções.

Na questão 13 foi perguntado, na forma de múltipla escolha, “Qual a sua expectativa em relação ao projeto Polícia Cidadã em Sobradinho?” Para 7%, com 5 respostas, disseram que “está em fase inicial”; 65%, com 44 respostas, escolheram a opção “há possibilidade de

bons resultados”; já 28%, com 19 respostas, optaram “deve ser aperfeiçoado”; e a opção “É por pouco tempo” não houve escolha (Figura 10).

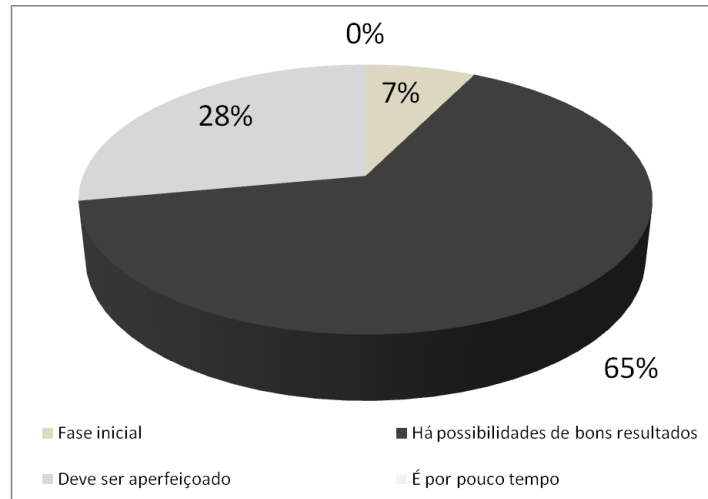


Figura 10 - Expectativas ao projeto Polícia Cidadã

A pergunta 14 questionou: “Você acredita ser necessária à participação da comunidade a fim de elevar a sensação de segurança pública?” Para a maioria, 93%, com 64 respostas, escolheram “sim”; a opção “não” ficou sem nenhuma escolha; e 7%, com 5 respostas, manifestaram que “em parte”. Esta assertiva apresentou a maior convergência, este item é importante, pois revela que a grande maioria dos participantes do projeto tem consciência que devem fazer parte nesse processo. A Figura 11 demonstra os resultados obtidos.

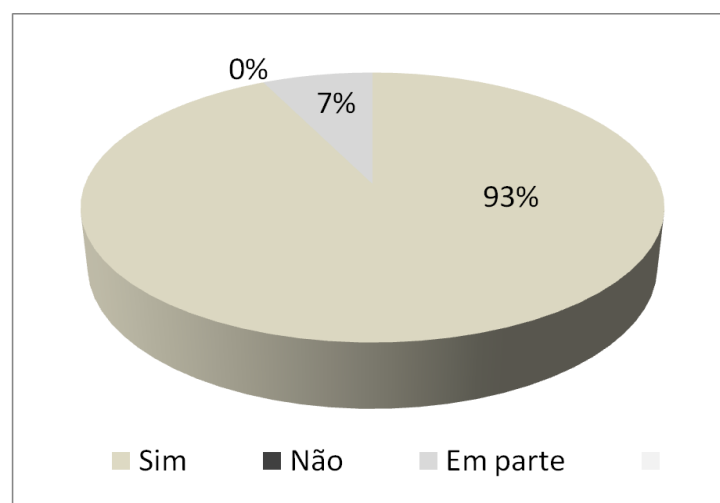


Figura 11 - Participação da comunidade na segurança pública

A última pergunta do questionário foi: “Em sua opinião, o projeto Polícia Cidadã também funciona como uma ferramenta da comunidade de controle externo legítimo e

eficiente do trabalho realizado pela Brigada Militar?” Para 88%, com 61 respostas, opinaram que “sim”; a opção “não” ficou sem nenhuma escolha; e 12%, com 8 respostas, manifestaram que estão “sem opinião formada” (Ver figura 12).

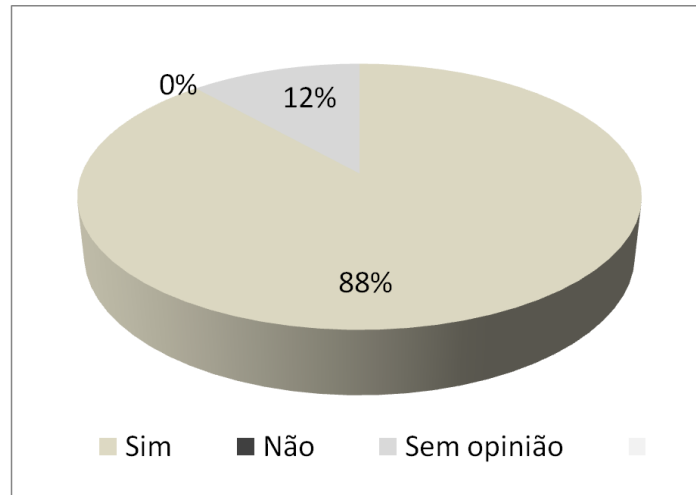


Figura 12 - Ferramenta de controle externo legítimo e eficiente

Com representação expressiva os entrevistados compartilham que o projeto Polícia Cidadã também funciona como uma ferramenta da comunidade de controle externo legítimo e eficiente do trabalho da Brigada Militar. Esse aspecto é de fundamental relevância, pois conduz o cidadão a estar comprometido com a comunidade e a própria organização policial, a partir do momento que tomar conhecimento de fatos irregulares ele tem consciência de que dever tomar algum tipo de providência para contribuir na solução do problema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi descrever a percepção da comunidade civil, lideranças políticas e policiais militares a respeito da breve experiência do projeto Polícia Cidadã da Brigada Militar, o qual continua em andamento no município de Sobradinho. Pois, diante da realidade local, houve a necessidade de desenvolver ações de polícia ostensiva baseadas na filosofia e estratégia de polícia comunitária, a fim de ser capaz de mobilizar e integrar a comunidade para identificar, priorizar e solucionar questões que afetavam a tranquilidade.

A pesquisa que sustenta este artigo foi realizada em abordagem quantitativa, através de entrevistas, com a técnica de questionário estruturado e impresso, aplicado junto ao público-alvo. O público-alvo foi escolhido de forma conveniente ao objetivo principal da pesquisa, o qual foi conhecer se após a implantação do projeto Polícia Cidadã havia

aumentado à sensação de segurança pública as pessoas que participaram do referido projeto, no período de 2010.

A problemática central da pesquisa foi saber se houve mudança após o projeto Polícia Cidadã, sendo possível afirmar com base nos dados da pesquisa, que o referido projeto contribuiu significativamente para o aumento da sensação de segurança pública no município de Sobradinho. Ainda, reforçou a questão da participação da comunidade nos assuntos de segurança pública, o que apontou como imprescindível para alcançar resultados positivos e a harmonia entre comunidade e polícia.

A evidência é que trabalhando próximo e em contato com os cidadãos, os policiais militares obtêm maiores e melhores informações, favorecendo o entrosamento mútuo e humanizando a relação entre a população e policiais, o que nem sempre foi baseado na confiança. Uma vez estabelecida esta relação, a população fica mais disposta a colaborar com o trabalho policial, notificando as situações de anormalidade, fornecendo informações qualificadas e cooperando em projetos.

Por derradeiro, ao projeto Polícia Cidadã, no município de Sobradinho, recomenda-se ser ampliado, quanto ao público-alvo, tendo como objetivo atingir “segmentos não organizados” ou em particular “grupos socialmente desprivilegiados”, vale mencionar que não foi o objetivo da pesquisa, por isso, não abordado nesse momento. Para explicar, Rolim (2006) aponta o papel da polícia nesse contexto.

Dentro desse modelo, a polícia deve reconhecer e sistematizar todas as informações sobre a violência e a criminalidade na região para que seja possível, primeiro, identificar com mais precisão as tendências presentes, segundo, informar a população a respeito dos riscos de vitimização; e, terceiro, identificar os grupos mais vulneráveis à ação dos infratores.

Embora cada uma dessas tarefas deva sempre levar em conta as características da região, haverá pouca variação entre os chamados “grupos de risco”. Normalmente, as famílias de mais baixa renda são mais vulneráveis, assim todos os grupos marcados pela desorganização social. Os adolescentes, idosos, dependentes químicos e pessoas com distúrbios ou doenças mentais também enfrentam situações particulares de fragilidade ou risco que devem ser consideradas em programas específicos (p. 78).

Verifica-se que é complexo trabalhar com comunidades menos organizadas, no entanto, pelo que foi descrito na pesquisa, é um compromisso da Polícia Cidadã alcançar o seu trabalho para todos os cidadãos, independente de raça, crença, sexo, condição social ou ideologia política. Pois, o grande desafio da organização policial é atuar com essa diversidade de cidadãos, agir adequadamente e imparcialmente para dirimir os conflitos que surgem no processo natural da civilização.

Outrossim, recomenda-se que o estudo sirva de diagnóstico local e um embrião no aspecto de avaliação das ações do projeto no município de Sobradinho. Desta forma, o projeto Polícia Cidadã da Brigada Militar concretiza-se como uma proposta adequada e protagonista para a melhoria da qualidade de vida no âmbito local.

REFERÊNCIAS

AGNES, C.; HELFER, I. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

BAYLEY, D. Somente respeitando o público a polícia vai ser eficaz na prevenção do crime. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ed. 1, p. 121-130, 2007.

BEATO, C. C. **Ação e Estratégia das Organizações Policiais**. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/acaoest.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

BITTNER, E. (Org) **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério da Justiça, Senasp. **Guia para a prevenção do crime e da violência nos municípios**. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério da Justiça, Senasp. **Matriz Curricular Nacional – Para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília, 2008.

COSTA, A. T. M. **Entre a lei e a ordem**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DALBERTO, J. J. Políticas públicas de segurança no município: Uma proposta interdisciplinar e integrada nas ações de prevenção da violência, perspectiva ao gestor local. 2010. 38 f. **Monografia (Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP - RENAESP – PRONASCI)** – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.

DA SILVA, J. **Criminologia Crítica – Segurança Pública e Polícia**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NETO, T. D. **Policciamento comunitário e controle sobre a Polícia – a experiência norte-americana**. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

OLIVEIRA, N. O. (Org.) **Insegurança Pública – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002;

RIO GRANDE DO SUL. Artigo 129 da Constituição Estadual de 1989.

ROLIM, M. **A Síndrome da Rainha Vermelha – Policiamento e Segurança Pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SACRAMENTO, W. P. **Metodologia da pesquisa científica**. Ouro Preto: UFOP, 2008.

SANTOS, J. V. T. A arma e a flor – Formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo Social revista de sociologia**, USP, São Paulo, v. 9, n.1, p. 155-167, mai.1997.

SENTO-SÉ, J. T. (Org.) **Prevenção da violência** – o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, L. E. **Meu casaco de general** – 500 dias na linha de front na segurança do RJ. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2000.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policimento Comunitário**. São Paulo: Edusp, 2002.

TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. **Policimento Comunitário: Como começar** (Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky). São Paulo: PMESP, 1999.